

## TRANSPONDO MUROS E REGRAS: OS APRENDIZES-MARINHEIROS DA BAHIA NAS RUAS DE SALVADOR (1910-1942)

### CROSSING WALLS AND RULES: THE APPRENTICE-SAILORS OF BAHIA ON SALVADOR STREETS (1910-1942)

Raul Coelho Barreto Neto\*

**Resumo:** Este artigo, parte integrante de um estudo de maior envergadura já concluído, trata da hierarquia e da disciplina em uma organização da Marinha do Brasil na primeira metade do século XX. Aqui, entretanto, esses elementos tão caros à vida militar não são analisados tendo-se como palco a caserna ou o convés. Em vez disso, procuramos seguir os passos dos jovens recrutas da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia para além das grades da instituição. Na flor da idade, simultaneamente expostos e protegidos pela farda que vestiam, encontramos-os nos bares, praças e bordeis da cidade. Na companhia de novos amores ou pelejando contra grupos rivais, a busca era por uma liberdade da qual não gozavam quando aquartelados e que, muitas vezes, também lhes era suprimida nas folgas. Driblar a vigilância dos superiores era, assim, apenas mais uma lição da vida naval que se iniciava.

**Palavras-chave:** Marinha do Brasil; escolas de aprendizes-marinheiros; educação – história.

**Abstract:** This article, part of a larger study already completed, deals with the hierarchy and discipline in an organization of the Brazilian Navy in the first half of the twentieth century. Here, however, these important elements of the military life are not examined in the context of the barracks or the ship's deck. Instead, we follow the steps of the young recruits of the School of Apprentice-Sailors of Bahia beyond the bars of the institution. In flower of age, both exposed and protected by their uniform, we find them in bars, squares and brothels of the city. In the company of new girlfriends or at war against rival groups, the search was for a freedom that they didn't enjoy when barracks and, sometimes, was also suppressed of their rest moments. Escape from the vigilance of their commanders was, therefore, just one more lesson of the naval life that was beginning.

---

\* Mestre em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia e pós-graduado em Comunicação de Massa pela *University of North London*, é professor da licenciatura em História da Faculdade de Tecnologia e Ciências, em Salvador. E-mail: raulbarretoneto@yahoo.com.br

**Key-Words:** Brazilian Navy; schools of apprentice-sailors; education – history.

Em 27 de abril de 1940, o cabo Arlindo Soledade, um dos responsáveis pelo controle da disciplina na Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia, acrescentou duas ocorrências ao livro de contravenções da instituição. Em uma delas, o militar denuncia que, durante uma atividade, o recruta Giovane de Araújo “procurava provocar gargalhadas dos seus colegas, imitando com a boca e as mucosas do braço uma ação das necessidades fisiológicas, interrompendo assim o silêncio que deveria reinar” no ambiente. Em outro episódio, ocorrido no mês anterior, um dos colegas de Giovane, Washington Quadros, teve uma das licenças cassada por chamar um companheiro “de veado, na presença do cabo de serviço”. Passado mais de um ano, no dia 13 de maio de 1941, um novo episódio, este bem mais grave, seria registrado no tomo. De acordo com o superior que assina o texto, os alunos sete, 117 e 121 deixaram de comparecer ao exercício de manobra geral para atacar a “socos e pedradas” seu camarada de número 87 (AM, estantes 26429: 14 e 38; e 26430: 96).

Os três casos acima citados ilustram uma rotina marcada pelo estudo e pilhéria, mas também pela tensão e hostilidade. Folheando-se as páginas dos mencionados livros de contravenções dos aprendizes, também conhecidos por livros de castigos, nos deparamos com um imenso universo de atos praticados pelos jovens marujos e que, aos olhos dos seus comandantes, eram vistos como violações das normas estabelecidas. O controle era, de fato, rigoroso. Afinal, cabia às diversas escolas de aprendizes espalhadas pelo país, criadas pela Marinha de Guerra ainda no Império, a formação básica, técnica e disciplinar inicial dos meninos que se apresentavam – ou eram apresentados – à vida naval. Neste contexto, é plausível considerarmos que os recrutas enviados por familiares à Escola por seu comportamento arreado, assim como os remetidos pelos delegados de polícia ou juízes de menores, fossem relevantes alvos da atenção dos militares. Entre as décadas de 1910 e 1940, aliás, notamos uma clara diminuição dos alunos com este perfil alistados.

Os perigos internos, contudo, não eram os únicos a inquietar a direção da Escola. De igual modo, as degradantes e sedutoras atrações da capital baiana também poderiam perverter e comprometer a formação dos jovens marinheiros. Neste sentido, o próprio local de funcionamento da instituição contribuía de maneira significativa para que tais ameaças se tornassem realidade. Já no século XIX, a Conceição da Praia – área que sediava a Escola – , assim como outras freguesias banhadas pelo mar, era tida como local de “grande concentração de vadios” e “desempregados” (FRAGA FILHO, 1996: 87). Passadas algumas décadas, o panorama pouco parece ter mudado. Em 3 de dezembro de 1915, o jornal *Diário de Notícias* alertava que, “digno de melhor sorte”, o largo da Conceição simbolizava “a negação completa da higiene, do asseio, da ordem e da moral”. Desprezada pelos administradores, a

área era um “nauseante mictório público, valhacouto de vagabundos e mendicantes” (BPEB, *Diário de Notícias*, 3 dez. 1915: 1).

À época, as atenções do poder público estavam voltadas para áreas como a avenida Sete de Setembro, aberta no ano de 1916 pelo urbanizador governo de Joaquim José Seabra. Mais importante via de circulação da Cidade Alta, a nova passagem “contrastava com os caminhos tortuosos dos bairros circundantes e da balbúrdia das áreas próximas aos mercados e ao porto, onde negros e desocupados dedicavam-se à jogatina e à cachaça” (ASSIS, 1996: 38). Apresentando alguns levantamentos realizados pelo periódico *A Tarde* no biênio 1915 e 1916, Rinaldo César Nascimento Leite aborda o funcionamento de mais de mil pontos de venda de bebidas alcoólicas em Salvador no período. Destes, segundo o autor, pelo menos 106 (portanto cerca de 10% do total) encontravam-se na Conceição da Praia, instalados ao lado de quase 80 casas de jogos igualmente situadas na região comercial da cidade (LEITE, 1996: 15-18).

Provavelmente, muitos destes pontos funcionavam próximos ou mesmo dentro do Mercado Modelo, este localizado ao lado dos terrenos navais. Na concepção de certos oficiais, não poderia haver pior vizinhança para uma organização educacional como a Escola de Aprendizes. Em seu relatório de 1929, o comandante da casa, Raul de Santiago Dantas, via a proximidade com o ilustre e agitado entreposto como um “grave inconveniente” por ele enfrentado naquele ano. Para ele, o Mercado era um local onde somente imperava “a flor da malandragem”, esta “sempre pronta a vir palestrar” com seus pupilos através dos muros da instituição. Com o propósito de aliviar o problema – detectado, de acordo com Dantas, pelo próprio ministro da Marinha –, ele aconselhava que “se murasse completamente” a Escola, substituindo-se o gradil existente. Pelo menos desde 1921, essas reformas já compunham as listas de reivindicações apresentadas pelos diretores (AM, 05/02116, gav. 008, rel. 306, cx. 161: 8; e estante 12105, documentos sem numeração).

Localizado a pouca distância do Mercado Modelo, o cais do porto era outra área onde se concentravam figuras pouco exemplares aos pequenos marujos. Dentre eles destacamos os trapicheiros, estivadores e doqueiros praticantes da capoeira – vista como “coisa de preto e vadio” –, cuja legalização apenas seria alcançada em 1937 (DIAS, 2004: 831; 835-36). Quatro anos após a aceitação oficial desta arte, porém, nos deparamos com o aluno Florisvaldo Agatão sendo advertido pelos militares por ter sido flagrado “em atitude de um verdadeiro capoeira”. Por este “gesto de desrespeito às ordens e instruções recebidas”, o jovem terminou perdendo uma das licenças a que tinha direito (AM, estante 26430: 40). Outro recruta que por certo afligira seus superiores foi Vicente Ferreira, que clandestinamente ensinou as manhas da luta a vários camaradas. Tempos após desligar-se da Escola em

1909, já sob a alcunha de Mestre Pastinha, ele se tornaria um dos maiores ícones da capoeira angola na Bahia e no país (DECANIO FILHO, 1997: 43).

A presença feminina nas calçadas diante da Escola era outro fator que poderia desviar o foco dos aprendizes em relação às suas responsabilidades. Segundo ocorrência registrada em 6 de novembro de 1940, o aluno Carlos Pedro da Silva “abandonou o seu posto para ir conversar com uma mulher” que transitava no passeio da instituição. Alertado pelo sargento Durval Lima, o jovem ainda respondeu-lhe “de forma imoral”. Em situação semelhante, ocorrida no dia 30 de julho de 1941, o interno Waldomiro Queiroz, mesmo sabendo da proibição de se estabelecer contato através das grades, “estava o fazendo com duas mocinhas que passavam”. Por seu ato inadequado, acabou penalizado com dois dias de prisão rigorosa. Já em dezembro de 1938, Aloísio Tavares, como cabo de quarto, “deixou o serviço em abandono” para conversar com uma meretriz, de acordo com o sargento José Freire. Assim como seu colega Waldomiro, o aprendiz foi condenado a cumprir pena de encarceramento (AM, estantes 26428: 13; 26430: 19-20 e 26431: 56).

Diante de inúmeros e permanentes incômodos, a possibilidade de transferir a Escola para outras regiões da capital como Penha ou Montserrat, na península de Itapagipe, era algo bastante discutido pelos oficiais. Para alguns militares, além da instituição estar situada em área comercial, sua restrição de espaço também pouco contribuía para com a preparação dos recrutas. Todavia, por algumas razões, inclusive técnicas e infra-estruturais, essa mudança jamais pôde ser efetuada (AM, 05/02106, gav. 008, rel. 294, cx. 161: 35-39). Como observaremos a seguir, com sua escola fixada no mesmo lugar, a Marinha acabava testemunhando vários dos perigos que combatia se concretizarem diariamente. Para os jovens marujos, por sua vez, sugerimos que o “aprender a ser marinheiro”, incluindo suas manhas, rituais e segredos, não se desse somente nas aulas ou nas relações internas com colegas e superiores, mas igualmente nas ruas de Salvador.

Abordando a rotina dos marinheiros da Armada nacional no século XIX, Álvaro Pereira do Nascimento expõe que, uma vez nas ruas, estes “sentiam a liberdade de não estarem presos à disciplina e à hierarquia militar” (NASCIMENTO, 2001: 105). Percorrendo trajetória similar, Hendrik Kraay afirma que, no citado período, “nos espaços sociais fora do alcance da vigilância dos oficiais, [...] uma sociabilidade informal e voluntária tomava o lugar da cultura do dever e da obrigação em que se assentava a disciplina militar” (KRAAY, 2004: 259). Trazendo essas leituras para a primeira metade do XX, consideramos possível ligá-las às experiências que pontuavam o cotidiano dos aprendizes baianos. Porém, a despeito das diferenças entre os momentos de folga e de serviço, as fontes nos mostram que, mesmo nos espaços externos à instituição, a liberdade gozada pelos alunos era bastante relativa.

Isso tanto para aqueles que fugiam da Escola – por terra ou por mar – quanto para os que se licenciavam legalmente (os alunos tinham direito a folgas semanais).

Em muitos pontos de Salvador, a chance dos menores serem encontrados por algum superior disposto a repreendê-los ou denunciá-los nos livros era significativa. Em um desses eventos, ocorrido no dia 24 de fevereiro de 1941, um grupo de seis alunos terminou flagrado pelo sargento Paula Rosa enquanto viajava indevidamente no estribo de um bonde. Pelo fato, todos tiveram uma de suas licenças cassada pelo comandante da Escola. Quase cinco meses mais tarde, seria a vez do aprendiz 49, Plínio Guimarães, ser pego enquanto fumava em plena praça da Piedade pelo implacável Paula Rosa. Posto seu nome no livro, o recruta teve duas de suas folgas suprimidas. Passados apenas quatro dias, o interno Francisco da Silva, não satisfeito em percorrer a cidade sobre o degrau do bonde, ainda o fazia com um cigarro na boca. Surpreendido pelo sargento Durval Lima, o jovem acabou detido em função da dupla falta cometida (AM, estantes 26430: 40; e 26431: 47 e 51).

Esse rígido controle em tempo integral exercido sobre os aprendizes pode ser interpretado a partir de uma discussão proposta por José Murilo de Carvalho. Referindo-se às organizações militares de um modo geral, o autor afirma que estas possuem existência própria e são dotadas de “grande complexidade”. Propõe que, pelo fato de “envolverem todas as dimensões da vida de seus membros” e requererem destes “uma radical transformação de personalidade”, elas se adequam àquilo que Erving Goffman considera como “instituições totais” (CARVALHO, 2005: 13). Recorrendo-se ao sociólogo, este nos diz que

*uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho, onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.*

Mais adiante, Goffman apresenta uma subdivisão dessas instituições. Dentre as que, segundo ele, são criadas “com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho”, estão os quartéis, navios e as escolas internas (GOFFMAN, 1974: 11 e 16-17).

Aluno da Escola em 1943, Washington Trindade recorda-se que, para ter acesso aos cabarés localizados no Comércio, ele e seus colegas por vezes utilizavam disfarces no lugar das fardas (TRINDADE, entrevista concedida em jan. 2007). Entretanto, nem mesmo nessas ocasiões mais íntimas os jovens conseguiam se livrar da vigilância imposta pelos militares. De acordo com notificação feita em 31 de abril de 1940 pelo cabo Soledade, o aluno Gilcepe dos Santos Araújo, havia sido por ele encontrado, às 21 horas da noite anterior, em uma das casas do baixo meretrício que funcionavam na região. Estando na companhia de mais um camarada, o jovem foi então chamado pelo cabo, o qual tentou fazê-lo “sentir e compreender que aquele local lhe era impróprio, mesmo por serem os aprendizes considerados de

menor idade”. Tal diálogo, argumenta Soledade, teve como objetivo aconselhar o seu pupilo, posteriormente penalizado com 15 dias de impedimento (AM, estante 26429: 35).

Assim como as visitas aos bordéis, outro temor dos oficiais que frequentemente se confirmava era o consumo de bebidas alcoólicas. Neste sentido, o episódio envolvendo o aprendiz número 76, Mário Costa Sousa, é emblemático. Em 11 de abril de 1941, o próprio comandante da Escola, capitão-de-corveta Mário Câmara Hoffmann, expunha no livro de infrações ter recebido a notícia, por intermédio do sargento Conceição, de que o citado aluno “achava-se embriagado em terra, na residência de conhecidos seus, portando-se de maneira inconveniente”. Passados apenas quatro dias, Hoffmann escreveria que, através de informações transmitidas pelo sargento Rosa, ficara ciente que o mesmo recruta havia regressado da rua, na véspera, “com veementes indícios de ter-se embriagado”. Incapacitado de frequentar as aulas e os exercícios naquele dia, Mário seria condenado a mais de uma semana de encarceramento (AM, estante 26430: 78).

Ébrios ou não, as chances dos aprendizes se envolverem em questões mais sérias eram também consideráveis. Em 15 de janeiro de 1939, por exemplo, João Alberto dos Santos foi adicionado ao livro de controle por ter “provocado desordem” durante os festejos da tradicional lavagem da igreja do Bonfim. Quase três meses mais tarde, seria a vez do seu colega de turma Waldir Marques ser punido, por ter “desacatado a autoridade dos guardas” por ocasião de uma partida de futebol no campo da Graça. Tal postura, segundo o registro realizado, teve supostamente a conivência dos recrutas 25 e 30, Manoel Santos Filho e Moacyr Gonçalves, que faziam companhia a Waldir. Já em fevereiro de 1941, Antonio Carlos Mattos, teve duas licenças retiradas por ferir o rosto de um menino que passava pela rua Chile. A ocorrência, porém, infelizmente não traz maiores detalhes sobre a refrega (AM, estantes 26428: 23 e 44; 26430: 40).

Em 22 de fevereiro do ano seguinte, uma nova confusão chegaria ao conhecimento da Escola. Às 8h15 daquela noite, o suboficial Barbosa recebeu um telefonema da Polícia solicitando-lhe providências em relação a um grupo de aprendizes que “procurava invadir” um recinto chamado Parque da Mocidade, apesar de terem sido informados que o acesso só seria liberado mediante pagamento. Feita a queixa, o sargento Muniz, do Corpo de Fuzileiros Navais, foi deslocado “a toda pressa” para o local, juntamente com dois maiores, a fim de “investigar o vexatório acontecimento”. Após averiguações, descobriu-se que Valter Musuly e Elias Heine, promotores do incidente, além de terem forçado sua entrada, tentaram persuadir seus colegas 120 e 132 a pedir a restituição do valor pago pelos ingressos. Diante do problema, Barbosa garantia ao Comando que “todas as iniciativas” haviam sido tomadas “com o único objetivo de manter a devida disciplina” (AM, estante 26432: 77-78).

Em certas situações, contudo, os policiais não se limitavam apenas a avisar a Mari-nha sobre os problemas surgidos, cabendo a eles mesmos a apreensão e condução dos infratores à Escola. Um desses recrutas, Josué Waldomiro da Silva, foi detido nas Pitanguei-ras, área sob a jurisdição do 1º Distrito de Brotas, na noite de 11 de janeiro de 1915. Apre-sentado na manhã seguinte após permanecer três dias ausente, ele seria recusado pelos militares “por já não mais fazer parte do efetivo” (AM, estante 12095, documento sem nume-ração; e APEB, Secretaria da Segurança Pública, cx. 5, maço 1, f. 12). Quase cinco anos antes, por motivos distintos, outro aluno, José Pedro da Silva, havia sido encaminhado aos superiores pelo chefe de Polícia da capital. Segundo este, ao cruzar a Baixa dos Sapateiros às 17 horas do dia 21 de agosto de 1910, o menor estava “de navalha em punho e em esta-do de embriaguez”. Frente àquela cena, o policial orientou então que sua ordenança desar-masse e detivesse o menor (AM, estante 12091, documento sem numeração).

Debruçando-se sobre o período compreendido entre o final do século XIX e início do XX, Álvaro Pereira do Nascimento expõe que, à época, “marinheiros não tinham tanto res-peito por policiais e vice-versa”, havendo “grande rivalidade entre eles”. Uma das razões listadas pelo autor para que tal sentimento existisse eram justamente as “incessantes incur-sões” dos guardas e delegados em torno da marujada. Para esta, o fato da Polícia assumir em terra “o lugar de seus comandantes”, indivíduos cujo poder já tinha de se “aturar e res-peitar” durante a semana, era algo difícil de ser acatado (NASCIMENTO, 2004: 330). Anali-sando as fontes referentes aos aprendizes-marinheiros da Bahia, notamos que essas tensas relações foram preservadas com o passar do tempo.

O ex-aprendiz João Palma Netto, por exemplo, relata que,

*certa vez, quando demoliram as edificações que ocupavam a área que constitui hoje o largo da Sé, surgiu um barulho, desses muito comuns entre militares de corporações diferentes. [...]. Há ataques covardes de ambas as partes, consumados por turmas que lincham um ou dois desgarrados da turma contrária. [...] O barulho era com soldados da Força Pública estadual, justamente aqueles com quem mais implicam os militares de primeira linha. Depois de muitos “combates”, resultou que no da praça da Sé os aprendi-zes estavam com mais “esquadrrias” e surravam uns tantos soldados, apa-nhados na “emboscada” de uma festa religiosa, nas proximidades (PALMA NETTO, 1984: 50).*

O também ex-aluno Luiz Rocha Filho, por sua vez, além de narrar outro episódio semelhante, nos apresenta mais uma possível razão para as desavenças existentes no perí-odo entre policiais e marujos:

*Existia um problema muito sério que era o desentendimento entre soldado de Polícia [...] e o marinheiro. Porque a maioria dos soldados [...] eram can-*

*didatos que não conseguiram entrar pra Marinha, mas entraram pra Polícia. Então eles tinham aquela [...] mágoa, aquele ressentimento, aquela rixa porque não tinham entrado pra Marinha, e então achavam que deviam descontar na gente. [...]. Passando pra ver uma namorada que eu tinha lá [...] pro lado dos Alagados, [...] passei pela feira do Curtume, e ali tinha uma penitenciária [...] e muitos soldados. [...]. E um soldado daqueles, por mais que eu tenha tido o cuidado de não me encontrar com ele [...], me jogou do passeio embaixo. Aí eu: “me desculpe, meu amigo, eu não vinha prestando atenção, não lhe vi. Me bati com você, mas você não me leve a mal, não”. “Não, não, você é um marinheiro educado. A culpa foi minha porque eu não lhe dei passagem”. Aí passei lá pela linha férrea e fui lá pelo meu caminho, beirando a estrada, pra ver a namorada. E quando eu cheguei num lugar lá perto, lá pelo fundo do São Caetano, onde tinha uma pedreira, [...] quatro soldados me atacaram. [...]. Felizmente que apareceu um cabo que tinha conversado comigo uma semana antes, falando sobre esse problema do desentendimento entre marinheiros e soldados de Polícia. [...]. E por felicidade minha, esse cara [...] me tirou do embaraçado (ROCHA FILHO, entrevista concedida em ago. 2007).*

Ser um aprendiz-marinheiro nas ruas de Salvador, porém, não se resumia a embriagar-se com os colegas, conquistar novos amores ou enfrentar grupos rivais. Logo em sua primeira licença como recruta, o jovem Palma Netto, ao chegar em casa, satisfaz de imediato seu “desejo de ser visto fardado” pelos familiares. Em seguida, ganhou novamente o ar puro da capital “sem propósito”, somente para perambular e exibir orgulhosamente seu uniforme. Andou, diz ele, “até que os calos produzidos pelas botinas novas e grosseiras quase tolhessem os passos” (PALMA NETTO, 1984: 39). Já Hilton Mendes Moreno lembra-se que, na condição de “fomentador das marchas”, gostava de evoluir em formatura pela Cidade Baixa, apresentando-se aos moradores da região (MORENO, entrevista concedida em jan. 2007). Em ambos os casos, percebemos que ser um aspirante à Armada para além dos limites da Escola de Aprendizes poderia igualmente significar uma espécie de suntuosidade; uma maneira dos meninos, dentro de sua pobreza material, se fazerem notados por uma sociedade muitas vezes incompreensível e repleta de contradições.

## **Referências Bibliográficas**

### **PERIÓDICOS**

Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB):

*Diário de Notícias*, Salvador, 3 dez. 1915.



## FONTES ORAIS

MORENO, Hilton Mendes. *Hilton Mendes Moreno*: depoimento [jan. 2007]. Entrevistador: Raul Coelho Barreto Neto. Salvador: Arquivo pessoal do autor, 2007.

ROCHA FILHO, Luiz Marques. *Luiz Marques Rocha Filho*: depoimento [ago. 2007]. Entrevistador: Raul Coelho Barreto Neto. Salvador: Arquivo pessoal do autor, 2007.

TRINDADE, Washington. *Washington Trindade*: depoimento [jan. 2007]. Entrevistador: Raul Coelho Barreto Neto. Salvador: Arquivo pessoal do autor, 2007.

## FONTES ESCRITAS

Arquivo da Marinha (AM):

LIVRO de contravenções disciplinares dos aprendizes da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1938-1939). Divisão de Documentos Escritos, estante 26428.

LIVRO de contravenções disciplinares dos aprendizes da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1939-1940). Divisão de Documentos Escritos, estante 26429.

LIVRO de contravenções disciplinares dos aprendizes da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1940-1941). Divisão de Documentos Escritos, estante 26430.

LIVRO de contravenções disciplinares dos aprendizes da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1941). Divisão de Documentos Escritos, estante 26431.

LIVRO de contravenções disciplinares dos aprendizes da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1941-1942). Divisão de Documentos Escritos, estante 26432.

OFÍCIOS recebidos pela Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1910). Divisão de Documentos Escritos, estante 12091.

OFÍCIOS recebidos pela Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1914-1915). Divisão de Documentos Escritos, estante 12095.

OFÍCIOS recebidos pela Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1921-1922). Divisão de Documentos Escritos, estante 12105.

RELATÓRIO anual dos serviços da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1928), apresentado pelo capitão-tenente Teófilo de Faria. Chamada 05/02106, gav. 008, rel. 294, cx. 161.

RELATÓRIO anual dos serviços da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1929), apresentado pelo capitão-tenente Raul de Santiago Dantas. Chamada 05/02116, gav. 008, rel. 306, cx. 161.

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB):

OFÍCIO do comandante da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia ao chefe de Polícia e Segurança Pública do Estado da Bahia em 14 jan. 1915. Secretaria da Segurança Pública, Setor Republicano, cx. 5, maço 1, f. 12.

## FONTES IMPRESSAS

DECANIO FILHO, Ângelo A. **A herança de Pastinha**. 2. ed. Salvador: [s.n.], 1997. 103 pp.

PALMA NETTO, João. **CS-4 – Caça-submarinos Gurupá: memórias de um marinheiro**.

Salvador: Jubiabá, 1984, 354 pp.

## ARTIGOS, TESES E DISSERTAÇÕES

ASSIS, Nancy Rita Sento Sé de. **Questões de vida e morte na Bahia republicana: valores e comportamentos sociais das camadas subalternas soteropolitanas (1890-1930)**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1996. (Dissertação).

DIAS, Adriana Albert. Malandragem e repressão no universo da capoeira baiana (região portuária – 1912-1937). In: **Anais do V Congresso de História da Bahia**. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2004. p. 831-40.

LEITE, Rinaldo César Nascimento. **E a Bahia civiliza-se: ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana – Salvador, 1912-1916**.

Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1996. (Dissertação).

## LIVROS

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, 222 pp.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo: Hucitec; Salvador: Edufba, 1996, 188 pp.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974. 315 pp.

KRAAY, Hendrik. O cotidiano dos soldados na guarnição da Bahia (1850-89). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 237-68.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada imperial**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 165 pp.

\_\_\_\_\_. Entre o convés e as ruas: vida de marinheiro e trabalho na Marinha de Guerra (1870-1910). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 315-42.

Recebido em *setembro* de 2009

Aprovado em *novembro* de 2009